

Formulário de Resposta aos recursos GESTÃO PÚBLICA – GPROTEC (E01/E02/E05/E06)

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 20 TIPO 2: 21 TIPO 3: 12	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(B) Analisar o risco, avaliar seu potencial impacto, desenvolver um plano de resposta e implementar esse plano, comunicando as mudanças ao patrocinador.</p> <p>De acordo com as boas práticas de gestão de projetos, especialmente segundo o PMBOK, ao identificar um risco não previsto, é necessário realizar uma análise qualitativa e/ou quantitativa, avaliar seu impacto no projeto, elaborar um plano de resposta (mitigação, transferência, aceitação ou eliminação) e então comunicar as ações e eventuais mudanças aos stakeholders e patrocinadores, mantendo a governança do projeto.</p> <p>(A) Ignorar o risco...</p> <p>Ignorar riscos é uma postura incorreta e contrária às boas práticas. Isso pode gerar impactos negativos não gerenciados no projeto.</p> <p>(C) Comunicar imediatamente ao patrocinador e aguardar...</p> <p>A equipe de gestão de projetos tem a responsabilidade de avaliar e propor soluções antes de envolver o patrocinador. O patrocinador deve ser informado das decisões e impactos, mas não é quem executa a análise técnica do risco.</p> <p>(D) Reduzir o escopo do projeto...</p> <p>Alterar o escopo sem análise técnica e sem aprovação dos stakeholders não é uma prática correta. Redução de escopo é uma decisão extrema e só ocorre após avaliar todas as alternativas e aprovações formais.</p> <p>(E) Reunião emergencial para rediscutir o plano inteiro...</p> <p>Não é necessário rediscutir todo o plano do projeto por um risco isolado. O adequado é seguir o processo de gestão de riscos, que já prevê como lidar com riscos identificados durante a execução.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 29 TIPO 2: 16	<p>A alternativa correta é:</p> <p>(C) A representação deve ser apresentada por escrito, assinada e conter</p>	DEFERIDO	ALTERAR PARA LETRA C

TIPO 3: 24	<p>informações sobre o fato, sua autoria e as provas conhecidas.</p> <p>De acordo com o Art. 14 da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa competente para noticiar a prática de ato de improbidade. No entanto, a lei exige que essa representação seja feita por escrito, assinada e contendo a qualificação do representante, as informações sobre o fato, a autoria e os elementos de prova disponíveis. Essa formalidade garante que a denúncia não seja leviana, nem baseada em suposições sem fundamento, protegendo tanto o denunciante quanto o denunciado.</p> <p>(A) Não é necessária atuação de advogado.</p> <p>(B) Comunicação verbal não tem efeito formal para instaurar investigação.</p> <p>(D) Não há exigência de custas processuais.</p> <p>(E) A denúncia anônima pode gerar averiguações preliminares, mas não obriga a instauração imediata de processo formal.</p>		
------------	---	--	--